



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 074

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 074**63ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02

Expediente:

Indicações	03
Comunicado	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	03

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto	05
Dep. José Domingos Scarpellini	05
Dep. Arlete Caramês	06
Dep. André Vargas	06
Dep. Cleiton Kielse	07

Grande Expediente:**Sindicato dos Professores de Londrina**

Dep. Barbosa Neto	09
Prof. Ayoub Hanna Ayoub	09
Dep. Ângelo Vanhoni	12
Dep. André Vargas	12
Dep. José Maria Ferreira	13
Dep. Tadeu Veneri	13
Dep. Cida Borghetti	14
Dep. Barbosa Neto	14
Dep. Elza Correia	14
Dep. Elton Carlos Welter	15

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT	
Dep. Augustinho Zucchi	15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	17
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	17

Encerramento da Sessão**Publicações:**

Diretoria Geral Geral:	
Portaria	20
Atas de Comissões:	
Orçamento	20

DIÁRIO Nº 074**63ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE JUNHO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Antonio Anibelli e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Rafael Greca e Renato Gaúcho (13); e em licença médica o Sr. Deputados Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicação*****INDICAÇÃO**

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB a indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 22/06, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual, dispondo que a ALEP reunir-se-á de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Indicados:

PT: Hermes Fonseca; PMDB: Antonio Anibelli; PFL: Elio Rusch; PDT: Luiz Carlos Martins; PSDB: Francisco Bühner.

Sala das Sessões, em 21.06.06.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Comunicado**COMUNICADO**

Comunico ao Plenário, que de acordo com o parágrafo 3º do artigo 186 do Regimento Interno, foi procedida a correção do texto da redação final do Projeto de Lei nº 384/04, para posterior envio à sanção governamental.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1639**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transformação da Sessão Ordinária de 26/06/06, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projeto de Lei nº 149/06, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos e Projeto de Lei nº 150/06, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da educação básica da rede pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Nelson Justus, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Durval Amaral, Reni Pereira, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Elio

Rusch, Arlete Caramês, Cida Borghetti, Elton Carlos Welter, Barbosa Neto, Waldir Leite, Chico Noroeste, Ratinho Júnior, Padre Paulo Campos e Pastos Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 22 e junho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 21.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 359/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O diferimento, a isenção, a redução de base de cálculo, o crédito presumido e a concessão de regime especial de dilação de prazo para pagamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, dispensado às operações com gado bovino e bufalino e com os produtos resultantes do seu abate, ficam condicionados a que a produção de couro obtida com o abate dos animais seja destinada a estabelecimento industrial localizado no Estado do Paraná, possuidor de autorização específica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente projeto de lei tem por objetivo prestigiar o produtor de couro radicado no Estado do Paraná quando do diferimento, da isenção, da redução de base de cálculo, do crédito presumido e da concessão de regime especial de dilação de prazo para pagamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 360/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13.865, de 07 de novembro de 2002, que denominou "Professor Carlos

Augusto Mungo Genez”, o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto, revogar a Lei nº 13.865, de 07 de novembro de 2002, que denominou “Professor Carlos Augusto Mungo Genez”, o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi.

De acordo com a Informação Técnica nº 10/05, da Secretaria de Estado da Educação - Departamento de Infra-Estrutura, anexa ao presente projeto de lei, o nome correto do estabelecimento de ensino é Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria do Rosário Castaldi - Município e NRE de Londrina, onde oferta o Ensino Médio e Profissional, constituindo-se em um único estabelecimento de ensino.

Ainda, a Lei nº 13.865 descumpre o disposto da Lei nº 8.761 de 29 de abril de 1988 onde veda a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Há de ressaltar que o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria do Rosário Castaldi já é tradicionalmente conhecido na localidade e região de Londrina, pois sua fundação ocorreu no ano de 1978.

A Escola Estadual do Conjunto Habitacional Jamile Dequech, município de Londrina, já manifestou interesse ao Conselho Estadual de Educação em receber a denominação de Escola Estadual Professor Carlos Augusto Mungo Genez - Ensino Fundamental, já que a mesma está utilizando o nome do bairro e recebendo uma unidade escolar nova. Portanto, o Conselho Estadual de Educação do Paraná, aguarda as providências desta Casa para solucionarmos o impasse previsto na Lei nº 13.865.

Isto posto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 361/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os rodeios crioulos, em sua modalidade artística, cultural, campeira e esportiva, promovidos pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná e por entidades a ele associadas e realizados com estrita observância às normas da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, se constituem em eventos esportivos-culturais, sem fins econômicos e de caráter oficial no Estado do Paraná.

Art. 2º Tornando-se evento oficial do Estado do Paraná, que a MTG Paraná e os organismos públicos estaduais, com a Secretaria de Estado do Turismo, estabeleçam em comum acordo, um calendário anual e estadual, de Rodeios Crioulos, proporcionando assim, a integração cultural de nosso povo e da mesma forma, o fomento econômico e turístico dos municípios realizadores deste evento.

Art. 3º Nenhuma entidade ou concorrente individual poderá receber qualquer tipo de remuneração salarial pela sua participação no evento, constituindo-se sua apresentação como mera manifestação cultural e esportiva amadora.

Art. 4º Celebrar-se-se á no dia 20 de setembro de cada ano, o Dia do Gaúcho Paranaense, reconhecendo-se como um dos trajes oficiais, para fins de cerimonial e eventos sociais em geral, a indumentária descrita no Manual de Pilchas da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A influência do gaúcho na formação sócio-cultural do Estado do Paraná vem de longa data e tem influência marcante nos hábitos e costumes de nosso povo.

A presença gaúcha remonta à época dos tropeiros e se reflete na fundação e expansão de cidades com a Lapa, Castro, Jaguariaíva e outras.

A região Oeste e Centro-Oeste do Estado tem a presença massiva de gaúchos em sua colonização.

A mais, os eventos promovidos pelos Centros de Tradições Gaúchas atraem grande número de pessoas, tradicionalistas ou não.

Encontram-se em funcionamento em nosso Estado cerca de quatrocentas entidades tradicionalistas, com aproximadamente 15.000 famílias associadas, justificando-se o presente projeto como forma de preservação dos hábitos e costumes do povo sul-brasileiro e, em especial das raízes de nosso Estado.

Pequeno Expediente:

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Vereador Donizete, da cidade de Assis Chateaubriand.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas ao nosso companheiro Vereador.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão; Sras. e Srs. Deputados:

Daqui a pouco teremos, no Grande Expediente, a palavra do professor Ayoub Hanna Ayoub, da Universidade Estadual de Londrina, representando todas as universidades estaduais do Paraná, falando em nome do comitê de defesa do ensino superior do nosso Estado.

Subo à tribuna, neste momento, Sr. Presidente, para trazer uma constatação daquilo que defendo ao longo desses três anos e meio que estou como Deputado Estadual, que são questões de preservação dos nossos mananciais, das matas ciliares e, principalmente, das nascentes e de todos os rios do nosso Estado.

A não construção de barragens hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi, foi uma das bandeiras que defendemos e encontramos eco, inclusive, nos ministérios públicos federal e estadual, junto ao movimento dos atingidos por barragens, as ONG's, juntamente com Tom Grande e tantos outros ambientalistas, que têm essa visão de mundo como um todo e estão também preocupados em relação à qualidade de vida e, principalmente, à preservação da nossa natureza.

Os jornais televisivos de ontem e de hoje mostram que estamos com a razão quando constatam por exemplo, a seca que atinge vários mananciais do Estado. Veja, aqui em Curitiba, as três barragens: de Iraí, Piraquara e Passaúna, que estão com 40% da sua capacidade de volume d'água. O Presidente da Sanepar já fala até num racionamento do fornecimento de água para a comunidade da região metropolitana. Não é diferente na região Oeste do Paraná.

O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, mostrou que um dos maiores cartões postais do mundo, uma das maiores maravilhas ecológicas que possuímos, as cataratas do Iguaçu, está no seu pior nível de volume d'água em toda sua história. Há uma preocupação muito grande porque, também no Norte do Estado, o Rio Tibagi, que abastece cinquenta municípios, está com o volume extremamente baixo, o pior dos últimos 37 anos, um prejuízo para os pescadores de forma imediata, mas até a navegação já está impedida. Os barcos não podem mais trafegar pelo Rio Tibagi. Prejuízo também para o turismo.

Isso tudo é o retrato do descaso que o homem teve para com a natureza nos últimos anos. É por isso que temos que ser atuais e pensarmos na preservação dos nossos mananciais. O Rio Tibagi é um dos poucos rios virgens que possuímos, como o Rio Ivaí, que devem ser preservados para que não tenhamos um prejuízo ainda maior.

O Brasil detém também boa parte da água do nosso planeta. Não podemos destruir essa grande riqueza que

Deus nos deu e que temos que preservar para evitar o racionamento. É de bom alvitre que pensemos também na redução do consumo de água já que as chuvas só devem cair no mês de setembro.

Vivemos num período de estiagem e o uso racional da água é urgente, mas mais do que isso, com a preservação das nossas nascentes e com o uso correto dos nossos mananciais e dos nossos rios evitaremos um colapso de abastecimento e um prejuízo para todos nós brasileiros, paranaenses e para toda a população mundial.

Era o meu alerta na manhã de hoje, Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de nesta oportunidade, dirigir-me a V. Exa., Presidente desta Casa: temos uma convocação aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a oitiva do Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Tissot, bem como do Diretor Financeiro-Administrativo e Jurídico da Ferroeste, que apesar de aprovada a convocação para que se esclareçam alguns pontos, até agora não vimos as suas presenças.

Gostaria de saber de V. Exa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele foi convocado, já está marcado o dia e a hora e ele estará aqui com certeza.

Vou me informar sobre a data da Sessão e V. Exa. terá ciência.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Fico muito agradecido, Sr. Presidente, porque um homem como esse Diretor, o tal de Dr. Samuel, que agrediu uma paraplégica lá nos corredores da Ferroeste, derubando da cadeira de rodas, inclusive cuspiu no rosto do Diretor-Presidente da Ferroeste. Cuspir no rosto é uma das ofensas mais graves, altamente recriminável. Temos exemplos bíblicos, no Evangelho de Cristo, onde ações como essa foram recriminadas pelo grande filósofo e um dos maiores pensadores da humanidade que foi Jesus Cristo.

Deputado Vanhoni, que está nos ouvindo neste momento, o Líder do PMDB, Deputado Dobrandino, que é da mesma cidade de onde veio esse mesmo indicado para ser Diretor da Ferroeste e não sabemos qual o verdadeiro mistério da Santíssima Trindade que mantém esse homem de pé. Não sei se é a força do PT, que foi quem o indicou no começo ou se é a força do PMDB, do Deputado Dobrandino, que o mantém lá no cargo, cometendo

esses absurdos contra as pessoas e contra o ente público, no Governo de Roberto Requião.

Portanto, a sua convocação é uma exigência da ética, do bem público, para que possamos saber exatamente o que faz esse Diretor, que perde prazo nas ações, que estava suspenso pela OAB, que responde a vários procedimentos criminais e, no entanto, é mantido como Diretor de uma das empresas que mais precisa do resgate moral, que é a Ferroeste.

Estamos vendo que a ferrovia foi construída para desafogar o eixo que liga Paranaguá com o Oeste e o Sudoeste. As rodovias que poderiam estar aliviadas pelo transporte de cargas, que a Ferroeste deveria fazer e não faz, estão congestionadas no período de safra.

A Ferroeste, que investiu no ano passado com o Governador Roberto Requião e dos projetos originários do Governador Álvaro Dias, mais de quinhentos milhões de dólares para a construção dessa ferrovia, agora, não cumpre com a sua finalidade, porque está "ao deus dará".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aguardo o dia e a hora dessa convocação para esclarecer realmente os pontos polêmicos e os pontos em débito com a administração pública do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Arlete Caramês.

Deputada Arlete Caramês (PPS)

A SRA. ARLETE CARAMÊS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Utilizo esta tribuna para chamar a atenção dos Srs. Deputados para a onda de violência crescente que vem ocorrendo na região metropolitana de Curitiba. Destaco aqui os assassinatos de crianças, recém- ocorridos nos municípios de Quatro Barras e Fazenda Rio Grande. Pediria aos pais da Giovana que levantassem, para que vocês tivessem a oportunidade de conhecê-los. Ela foi assassinada em Quatro Barras.

Na Fazenda Rio Grande, os primos Rian e Lucas, de cinco e sete anos, foram brutalmente assassinados e jogados em cavas. Também, de forma brutal, ocorreu em Quatro Barras o assassinato da menina Giovana, de apenas nove anos de idade. Ela desapareceu dia 10 de abril, depois de sair de casa para vender rifas de Páscoa na vizinhança. Dois dias depois, o corpo da menina foi encontrado dentro de um saco plástico em um terreno baldio a três quadras de onde morava. Havia sinais de tortura e violência sexual.

Resta agora para essa família, a espera angustiante até que as autoridades policiais encontrem os culpados, o que até agora não ocorreu, pois sabemos que até o presente momento, infelizmente, não se tem nenhuma perspectiva concreta de solução para este crime. Essa família

espera a elucidação do caso para que, finalmente, seja feita justiça.

Portanto, faço um apelo ao Secretário da Segurança, Sr. Fernando Delazari, para que determine máximo empenho das autoridades policiais de Quatro Barras na solução deste caso, pois não se pode admitir que fique sem solução, condenando mais essa família, como várias outras em nosso Estado, à eterna espera por justiça.

Segundo o relato dos pais, a única suspeita sumiu da cidade e as autoridades só conseguem conversar com ela, através de seu advogado.

Em conversa com os pais, o Secride se colocou à inteira disposição para ajudar na elucidação, mas a Delegada de Quatro Barras não enviou o processo, parado há quinze dias, segundo o relato dos pais. Por determinação do Diretor-Geral da Polícia Civil, ele já deveria ter sido encaminhado para o Secride e não o foi.

Peço o empenho máximo do Diretor-Geral da Polícia Civil, para que continue a investigação desse caso.

A Delegada de Quatro Barras alega que não tem equipe para trabalhar no caso. Se não tem equipe, precisamos mandar. O caso precisa ter uma solução!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas um alerta para aqueles professores que pretendem acompanhar os Projetos n°s 149 e 150: eles estarão na pauta da Sessão Extraordinária, logo em seguida. Um esclarecimento importante.

Ontem o Presidente Lula aqui esteve e foi interessante as especulações que antecederam sua vinda. Muitos recebendo releases polpudos do Palácio Iguazu, plantavam a notícia que, chegando o Presidente da República, a candidatura do Senador Flávio Arns, que fez dois milhões de votos, que tem uma história de vida não só na política, mas anterior a ela, estaria sepultada.

Pura conspiração, Sr. Presidente, e na prática os jornais também davam trela para esse tipo de conspiração. É bom dizer que o Senador Flávio Arns, a não ser na função de Senador, jamais tratou de política, nem foi visitado e nem visitou o Governador Roberto Requião e sempre, permanentemente, os articulistas, os colunistas e mesmo as matérias sobre política davam conta que a candidatura do Partido dos Trabalhadores não era para valer.

Passado o Presidente, consolidou-se, portanto, a posição da candidatura do Senador Flávio Arns, que na verdade, já estava, porque também nós - o Deputado Dobrandino está aqui e é Presidente do PMDB e sou do PT - jamais sentamos para tratar do quadro político do Estado. Certamente, porque não somos pessoas cordatas,

porque o Governador Roberto Requião é candidato à reeleição e o Senador Flávio Arns também é candidato à eleição.

Portanto, presidentes de Partidos têm que ter respeito, mas acho que a imprensa também tem que respeitar. Esse processo de instabilização, servindo-se às vezes de declarações infelizes, nada mais é do que estar a serviço do Palácio Iguazu.

Passado, portanto, esse episódio, teremos convenções e, na prática, começam dia 24 e dia 25 - dia 24 a Convenção Nacional do nosso Partido e dia 25 a Convenção Estadual. Acho que o PMDB deve ter Convenção neste final de semana também; a do PSDB será no dia 28 ou 29, parece-me, e fala-se nessas composições, que são legítimas, porque o PSDB e o PMDB têm legitimidade, são Partidos importantes, aliás, são irmãos siameses e já estão juntos há muito tempo aqui no Paraná - quando a ditadura caiu e José Richa, com o meu voto, inclusive, meu primeiro voto, elegeu-se Governador e na época eu não era do Partido dos Trabalhadores, não era filiado a Partido nenhum, trouxe para a cena política os "Requiões", os "Dias", os "Richas", e lamentavelmente o ex-Senador e ex-Governador José Richa já partiu, mas são eles que podem propiciar uma cena inusitada: estarem juntos novamente. Será o reencontro e nenhum demérito, Deputado Rossoni, porque sei que V. Exa. luta e não faço aqui uma incursão no Partido alheio, de ficar dizendo se fulano ou beltrano vai ser candidato. Estou dizendo podem, e quando falo podem, é: podemos ver o atual Governador no mesmo palanque que o Senador Álvaro Duas. Esse episódio poderá acontecer. E naturalmente, vamos fazer o debate a respeito e com respeito.

Portanto, Sr. Presidente, aguardamos o desenrolar do cenário político. Acredito que o melhor para o Paraná seriam várias candidaturas e não os acordos, onde as eleições são decididas apenas nos gabinetes. Mas a verticalização impõe também essa situação: alguns não têm candidatos lá, vão ter candidatos aqui; podem fazer alianças, estão liberados. Mas, é bom dizer: quando o pessoal diz, Sr. Presidente, companheiros e companheiras, que na política você só não vê boi voando, pode estar alçando vôo uma manada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Cleiton Kielse com a palavra.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vimos à tribuna, hoje, não só com o respeito que temos a todas as Federações de Esportes do Estado do Paraná, mas principalmente à Confederação Brasileira que tem nos dado um apoio paralelo para que o projeto de lei de incentivo ao esporte amador, que tem uma vinculação direta com mais de trinta e cinco mil atletas cadastrados às Associações e Federações paralelas de atletismo.

Estão aqui os representantes da Confederação Brasileira - o Sr. Neimar Oliveira da Silva; a Federação Paranaense de Karatê - representada pela Lillian, e o Édson Kapinski; a de Esgrima do Paraná - pelo Manolo F.; Federação de Hipismo, onde está o nosso amigo coordenador Anderson Modesto, junto com o nosso Presidente Nelson de Jesus Sabóia; a de Taekwondo, do nosso Mestre Yang; e tantos outros coordenadores que, juntos, somam mais de 130 mil atletas.

E o nosso projeto, que infelizmente foi vetado, acredito que não pelo Governador Requião, mas principalmente por alguns interessados em ter um certo controle do sistema paternalista que fizeram a nível federal, em detrimento de algumas federações que temos, principalmente no Estado do Paraná, que não recebem recursos para a manutenção dos seus atletas, para a preservação e continuidade dos seus projetos.

Citando também a presença da Federação Paranaense de Boliche, o nosso amigo Reinaldo Marsolik; dos nossos companheiros da Liga de Boxe do Paraná, Sr. Rubens San Perruchon, e o João Moraes, que também é professor da área; da Federação que tanto temos orgulho hoje, a Federação Paranaense de Ginástica - a Sra. Lucélia Maria, que o Brasil inteiro visualiza, hoje, a Ginástica Olímpica e Para-Olímpica como as melhores do nosso planeta.

Temos também a Federação Paranaense de Vôo Livre que está presente; a Associação Paranaense de Esporte Amador, do nosso amigo Leônidas Dreveck; a Federação Paranaense de Braço e Queda de Braço, o meu amigo Roberto Braga; a Federação Paranaense de Para-Atletas, onde todos, unidos com as demais Federações, com a Federação Paranaense de Mesa, de Tiro Esportivo, de Tênis, de Taekwondo, junto com a Hípica também, representantes do Paraná Clube, fazer com que este projeto que está em penúltimo lugar, hoje, na nossa Pauta seja votado e aprovado pela Assembléia.

Ao meu amigo Dobrandino, Líder do Governo, de Foz do Iguaçu, onde já tivemos e temos várias modalidades desportivas incentivadas por V. Exa. quando Prefeito.

Neste momento, lá em Foz, sabemos, estão sendo inauguradas dez quadras cobertas para dar apoio ao esporte junto às escolas estaduais e municipais.

Hoje, o esporte no nosso Estado, no nosso país e no mundo, tem um grande exemplo: a Copa do Mundo, onde nós, aqui na Assembléia, também modificamos a nossa pauta e por isso, até por um erro da nossa assessoria, tivemos que desmarcar de hoje à tarde para de manhã e muitas federação não se fazem presentes; mas, visualizando, que até o próprio Poder Legislativo muda seus horários para contemplar o esporte mais conhecido no mundo.

Só de camisetas, para ter uma idéia da movimentação financeira que tivemos no Brasil, foram seis milhões comercializadas até o momento. Se vencermos a próxima etapa, amanhã com o Japão, a previsão interna deverá chegar a 20 milhões de camisetas até os próximos jogos.

Só nisso significa uma movimentação básica de uns duzentos milhões de reais. Isto, dando a dimensão dos demais esportes, citando o nosso companheiro e Presidente da Federação de Judô, o último campeonato que tivemos em Curitiba, mirim, dois mil e duzentos atletas com menos de dez anos de idade. Movimentação esta, feita é claro, pela classe média, tendo dificuldade a classe mais humilde do Paraná para participação por causa do custo dos uniformes. Este projeto vai viabilizar, juntamente com as escolas estaduais, as escolas municipais, com outras leis paralelas de incentivo que estamos formando e lutando para que a Assembléia e o Governo do Estado também incentivem, trazendo principalmente já, no Panamericano de 2007, no Rio de Janeiro, alguma coisa do próprio Governo do Estado, visando que só neste Panamericano serão 413 mil atletas que participarão direta e indiretamente. É uma movimentação milionária, em termos financeiros, mas investimentos diretos, só no Rio de Janeiro estão na faixa de três bilhões de reais nas infra-estruturas que estão sendo montadas na cidade maravilhosa.

E a nossa lei, que tem não só em âmbito junto às confederações do Brasil inteiro, mas tem, também, o amparo junto à Lei Pelé e à Lei Agnelo Piva; ela foi formatada por 93 federações do Estado, todas elas em dificuldades financeiras e muitas delas, sabendo que não só com este amparo paralelo são tiradas muitas crianças da rua pelas federações.

Federação que nada ganha para fazer esse tipo de atividade mas que consegue com patrocínios, como cita o Deputado Stica, via Petrobras e tantos outros que nos liberam recursos, mas, ainda, muito aquém do que precisamos, hoje em dia, na área dos esportes. Com esta lei, tendo já mais de vinte empresas querendo patrocinar, participar, fomentar, fazer com que não só este projeto seja pautado por êxito, não nosso mas, sim, da Assembléia Legislativa que trará, diretamente, de imediato para o ano que vem, mais de vinte milhões em investimentos no Estado do Paraná. Vinte milhões que serão distribuídos em todos os projetos que V. Exas. possam vir a apresentar, projetos que as federações de todo Estado terão, não só no recrutamento, na seleção, na formação de desenvolvimento dos novos atletas mas, principalmente, nas equipes desportivas a linha de fomento e a prática que queremos desenvolver entre as crianças e adolescentes, idosos que muitas vezes poderiam estar participando em paralelo às suas casas de retiro, até o resto de vida dessas pessoas, voltam à sociedade com ânimo diferente participando de esportes.

Temos o caso do Sr. Yui Yang que estava acamado, com câncer, e que aos 72 anos de idade voltou a nadar e hoje é o campeão brasileiro, posso dizer o campeão mundial com 93 anos de idade, participando das olimpíadas da 3ª idade.

Tantos outros exemplos, que eu seria redundante, cada um de nós teríamos vinte, trinta, quarenta, cem exemplos de quanto o esporte ajuda a retirar os adoles-

centes das drogas, a trazer um âmbito paralelo na questão da saúde para as próprias famílias, dar o amparo até psicológico para as mães saberem onde os seus filhos e filhas estão, não só praticando os esportes mas tendo uma condição de vida melhor do que têm hoje.

Temos uma condição de risco hoje na região metropolitana com mais de cem mil crianças que nada fazem fora da escola, ficam nas ruas, ficam largadas ao bel-prazer, infelizmente, do número crescente de traficantes que estão assolando o país, mas que podem, em paralelo com o setor educacional, com as universidades, com as escolas públicas, com as escolas que fazem hoje o nosso amparo de economicidade familiar uma base junto com as federações que tanto respeitamos.

Temos um exemplo claro, hoje, não só do Mestre Yang, que é um legítimo defensor do esporte paranaense, das lutas marciais, mas um jovem que se transformou no único bi-campeão mundial de uma luta que é o free style junto às organizações japonesas que é o Vanderlei Silva. Apresentamos um título de Cidadão Honorário a esse jovem que saiu da miséria e que hoje é o mestre no Japão em todos os momentos, um esportista brasileiro que junto com a Daiane, com tantos outros atletas, consegue demonstrar que o esporte não só dá emprego, condição de vida, mas que merece apoio do que temos hoje junto ao orçamento do Governo do Paraná.

Por isso, peço a todos os Deputados que estão aqui, já agradecendo que assinaram uma moção de apoio ao nosso projeto, ao nosso companheiro Vanderlei Iensen, que tem uma co-relação com o Governador Requião, que vamos colocar este ano ainda um orçamento privilegiado para que todas as federações do Paraná organizadas, que tenham projetos sociais, projetos de premiação às categorias em desenvolvimento, que criem em paralelo, Deputado Scarpellini, a idéia que V. Exa. já teve quando Prefeito de Apucarana, de criar centros especiais para recuperação de drogados por intermédio do esporte.

Tenho certeza que vamos estar juntos, não só na derrubada desse veto, mas, buscando junto a todas as entidades católicas, evangélicas, entidades de fomento ao esporte amador, olímpico e paraolímpico do Paraná e do Brasil.

Já tivemos contatos de outros estados tentando copiar parte da nossa lei. Uma lei que dará guarida, dará orientação e capacidade financeira para que possamos instituir no Paraná e no Brasil, e quiçá em várias regiões abandonadas da América do Sul. Também na Argentina estão contatando para saber como é que fazem com os empresários que possam bancar em paralelo ao Governo desses países. Um projeto que já foi estudado por mais de dois anos e hoje está na pauta para votação.

Caso não tenhamos número de Deputados, aqui, para a derrubada do veto, só quero pedir em seguida chamada nominal para que tenhamos número, orientando as federações e que possamos votar e derrubar esse veto que é de grande importância para todos os nossos companheiros.

Está aqui também o nosso tri-campeão paranaense de boxe, que não só foi campeão brasileiro, é um líder, uma pessoa que tem lutado para tirar as crianças da rua e trazer para o esporte, mas que demonstrou em todos os momentos da sua vida, nos piores momentos, que o esporte incentiva a todos nós e traz esperança, principalmente às crianças.

Por isso peço a todos os Deputados que, no penúltimo projeto da pauta do dia de hoje, possamos derrubar este veto e possamos aplicar esse dinheiro para o ano de 2007, em favor do esporte no Paraná e para que as federações tenham suporte para ancorar projetos sociais e ajudar a população paranaense.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

Sindicato dos Professores de Londrina

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje, por solicitação do Deputado Barbosa Neto que apresentou um requerimento e foi aprovado por todos os Deputados, será reservado ao Sindicato dos Professores de Londrina.

Respondendo à Questão de Ordem do Deputado Scarpellini, o Sr. Samuel Gomes dos Santos, Diretor Administrativo e Financeiro da Ferroeste está convocado para o dia 27, terça-feira, às 14h30. Como haverá jogo da Seleção Brasileira, vamos antecipar a Sessão para amanhã. Vamos convocá-lo para amanhã às 9h30.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Oradores

Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos participando, há quinze dias, de uma audiência pública da Universidade Estadual de Londrina e aqui estamos hoje, por solicitação da Plenária naquela oportunidade, abrindo um espaço para que o Comitê de Defesa do Ensino Superior do Estado do Paraná faça a sua explanação em função do desrespeito que o Governo do Estado tem demonstrado com essa categoria.

A intransigência da Secretaria de Ciência e Ensino Superior, que nem tem mandado representantes e praticamente desconhecido essa justa reivindicação, também precisa ser registrada, mas falarão aqui o Sr. Irineu, Presidente da Associação dos Docentes e a Presidente do Sindicato dos Professores de Londrina, Maria Inês Almeida, que poderá ser indagada, mas vamos passar a palavra ao professor Ayoub Hanna Ayoub e gostaria que os Deputados pudessem prestar atenção, bem como a imprensa e todos os nossos convidados nesta manhã, porque hoje o salário de ingresso, excetuando todas as outras conquistas,

é de apenas R\$ 960,00 para um professor universitário. Em 86, era na ordem de treze salários mínimos e meio. Portanto, cerca de R\$ 4.725,00.

Só a inflação de agosto de 95 até março de 96, foi de 129% e hoje esses R\$ 960,00 representam, como salário de ingresso na categoria, 2,74 salários mínimos.

Realmente é muito pouco e é por isso que vamos ouvir atentamente a exposição do professor Ayoub Hanna Ayoub.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o professor Ayoub Hanna Ayoub.

Professor Ayoub Hanna Ayoub

O SR. AYOUN HANNA AYOUN

Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, meus colegas e minhas colegas, professores do ensino superior aqui presentes, minhas colegas e meus colegas professores da rede estadual de ensino do Paraná.

Estou aqui, hoje, representando as entidades que compõem o comitê em defesa do ensino superior público do Estado do Paraná. Todos os professores das universidades estaduais, das faculdades isoladas que compõem esse sistema extremamente representativo e importante no contexto educacional, científico e político de nosso Estado.

Estou aqui na condição de representante de uma categoria que pede a atenção do Estado. Uma atenção que não nos tem sido dada ultimamente. Apresentamos, em várias oportunidades, pautas de reivindicação ao Governo, mais recentemente documentos apresentando concretamente os valores das perdas salariais que têm sido acumuladas nos últimos anos, a recebemos com resposta uma proposta de reajuste de zero por cento. Uma proposta de reajuste que não significa nenhum tipo de negociação, com as portas fechadas às nossas entidades e o encerramento do processo de negociação.

Este é um dos principais motivos que nos trazem aqui hoje, pedir encarecidamente um empenho desta Casa, para que se posicionem pedindo, insistindo e exigindo do Governo que reabra as negociações salariais com a nossa categoria.

Nossa situação não é segredo para ninguém. As nossas universidades concretamente formalizadas desde 1971, as universidades mais novas, no decorrer desse período, foram se consolidando, quando eu, particularmente, entrei na Universidade Estadual de Londrina, em 1986, há vinte anos, o salário de ingresso de um professor das universidades estaduais paranaenses foi estabelecido em 13,5 salários mínimos. Salário de ingresso, salário inicial de um professor de ensino superior do Estado do Paraná.

Hoje, o nosso salário de ingresso na categoria de docente é de R\$ 960,00 por mês.

Tínhamos 13,5 salários mínimos; em vinte anos, o nosso salário de ingresso foi reduzido a pouco mais do que dois salários mínimos. Dois salários mínimos para um professor. Esse é o salário que qualquer professor que inicie na nossa carreira hoje, sem titulação, recebe em todo o Estado do Paraná. Se tivéssemos mantido o poder aquisitivo daquela época, nosso salário, hoje, seria superior a R\$ 4.700,00.

Nesses últimos vinte anos, depois do estabelecimento desse nosso salário de ingresso, tivemos cinco governos diferentes no Estado: quatro anos de mandato com o Álvaro Dias; quatro anos de Requião; oito anos de Jaime Lerner; e, agora, estamos completando mais quatro anos de Requião. Nesse período, outras universidades foram criadas, algumas escolas foram estatizadas e transformadas em faculdades estaduais. As nossas universidades se consolidaram. O número de alunos e de professores titulados aumentou, o número de projetos de ensino e pesquisa e extensão, também. A presença científica da Universidade Estadual paranaense aumentou e ganhou credibilidade e respeito no cenário nacional.

Todos os indicadores sobre as nossas universidades mostram um aumento da capacitação científica e da credibilidade e de respeito das nossas universidades, exceto o índice que mostra as nossas capacidades salariais. O desenvolvimento das universidades é inversamente proporcional ao respeito que merecemos enquanto assalariados deste Estado.

Temos algumas situações concretas criadas no decorrer dos últimos anos. Tivemos uma efetiva reposição de perdas salariais em 1995, algumas alterações no plano de carreira e outras alterações que não são concretamente reposição salarial, que também mudaram significativamente o nosso poder aquisitivo. No entanto, por qualquer forma que a gente queira fazer o cálculo das perdas salariais mais recentes, com base na inflação deste país, com números calculados pelo Dieese, temos, em todas as simulações, variações de perdas salariais que representam cerca de 80%.

Temos hoje, um número significativo de docentes com titulação. Graças à forma como está estruturado o nosso plano de carreira, temos professores com salários maiores.

Mas, temos muitos professores recebendo exatamente esse piso salarial de 960 reais. No meu departamento, uma colega de trabalho tem um contrato de vinte horas semanais. Trouxemos cópias do holerite dela para quem quiser olhar. O seu salário é de 480 reais por mês, para uma jornada de vinte horas semanais.

Sou professor do curso de jornalismo. Nossos estagiários, hoje, na Embrapa, por exemplo, para uma jornada de vinte horas semanais, têm uma bolsa-auxílio de quatrocentos reais por mês.

Nossos estagiários no Jornal de Londrina têm uma bolsa de 450 reais por mês. Isso porque não estamos conseguindo que o posicionamento do Sindicato dos Jornalistas seja concretamente respeitado, porque o Sindicato

da nossa categoria exige o pagamento de uma bolsa para estagiários de jornalismo de 60% do nosso piso salarial. Ou seja, 679 por mês.

Como pode um professor ensinar, orientar um estagiário quando o vencimento, a renda daquele estagiário é maior do que a do próprio professor?

Certamente vamos ouvir dizer que são poucos os professores que estão nessa situação. Realmente são. Vamos ouvir dizer que hoje as universidades devem se preocupar em contratar professores com titulação, uma pós-graduação, um mestrado ou doutorado, todos nós concordamos com isso.

Mas, existem especificidades profissionais que nem toda regra pode ser devidamente respeitada no contexto da realidade. Temos alguns cursos novos na nossa Universidade que são cursos de profissões relativamente novas em nosso país.

No curso de designer de moda, por exemplo, que é um curso bem recente, formou apenas duas ou três turmas até o presente momento. Temos três professores nessa faixa de salário de 480 reais por mês, porque não existem professores titulados nessa profissão com disposição para trabalhar numa Universidade paranaense. Enquanto tiver um docente, em qualquer uma das escolas estaduais do Paraná, recebendo este piso de R\$ 960,00 por mês, vamos continuar insistindo em um piso salarial maior. E todos sabem que nossa carreira é progressiva e que este piso se reflete em todas as outras posições, níveis e classes de carreira docente. Um salário de ingresso nesse valor está diretamente vinculado a todos os outros, refletindo-se, inclusive, no salário de um professor titular.

Nossa situação não pode ser chamada de uma situação típica de discussão sobre salários. O que temos visto, em passado bem recente, é que o próprio Governo do Estado enviou projetos de lei devidamente aprovados por esta Casa - estabelecendo carreiras, recuperando situações salariais, corrigindo injustiças em diversas outras atividades.

Nas próprias universidades, durante muitos anos, os funcionários técnicos administrativos sequer tinham a garantia legal de suas próprias vagas. No final do ano passado tivemos a aprovação do PCCS dos técnicos administrativos do ensino superior; aprovação do quadro próprio de carreiras. E nessas atividades, o nível salarial de ingresso de um profissional, cuja exigência para ingressar na carreira é um diploma de graduação, ou seja, a mesma exigência para ingresso na carreira de docente de um professor auxiliar, enquanto nosso piso salarial é de R\$ 960,00 por mês, na carreira dos técnicos administrativos, o salário de ingresso é de R\$ 1.856,00 por mês. O quadro próprio do Estado é de R\$ 2.088,00.

Ninguém, em nossa categoria, jamais afirmou que este salário não é justo ou que isto não deveria ser aprovado desta maneira. Ao contrário. Eu, pessoalmente, participei de todos os movimentos e reivindicações salariais, de greves históricas em nossas universidades, desde que entrei na Universidade Estadual de Londrina, em 1986.

Em todos os movimentos a reivindicação salarial era única para os técnicos administrativos e para os docentes. Em todas as situações e negociações em que vivemos, nossas categorias foram colocadas em pé de igualdade.

Quando o piso salarial de docentes era cerca de R\$ 700,00 por mês, no salário dos técnicos administrativos o piso era relativamente próximo. Quando subiu, nosso salário foi para R\$ 960,00, o salário dos técnicos ficou em R\$ 980,00. E sempre dissemos que é muito pouco, porque o salário dos profissionais das categorias correspondentes, no mercado de trabalho, era muito superior. O piso salarial de um jornalista hoje, é de mais de R\$ 1.700,00 por mês.

Não tem sentido um jornalista receber menos que o piso salarial. Mas, também não tem sentido um professor de jornalismo receber um salário inferior ao piso categoria.

Quando realizamos nossa greve, a maior greve na história do sindicalismo no Brasil, que durou seis meses, em 2001 e 2002, que provocou tantos problemas e tantos traumas, inclusive no nosso meio, entre os professores, quando terminou aquele processo de negociação, o Governo do Estado ofereceu um volume de recursos para ser dividido de acordo com as necessidades do movimento. E foi decidido por todos os sindicatos, em conjunto, que os salários menores receberiam índices de reajustes maiores. E no topo dessa lista, que começou com cerca de 60% de reajuste, os salários dos técnicos de nível superior e dos docentes tiveram um reajuste de 13%, o mesmo nível.

A questão que se coloca agora é que temos reivindicações salariais que colocam os docentes do ensino superior do Estado do Paraná numa situação onde a reivindicação tem importância, porque significa o sustento da sua família e o reconhecimento do seu trabalho profissional.

Mas, o que temos visto recentemente, nós, em Londrina, estamos participando de reuniões em cada um dos departamentos da Universidade, e o que temos visto, em reuniões onde há trinta, cinquenta, sessenta professores, um sentimento praticamente unânime de que a reivindicação salarial hoje não é a questão mais importante; o mais importante, que atinge os docentes do ensino superior, hoje, é uma questão de respeito e de dignidade. A questão que está colocada é se o significado de ser professor ainda é o de fazer parte de uma categoria respeitada em todo o país e em todo o mundo.

A minha formação é de jornalista, e eu nunca fui chamado de jornalista no encontro com as pessoas: “oi jornalista, olá, senhor jornalista”. Mas, desde que ingressei na carreira docente, onde vamos, as pessoas dizem: “bom dia professor, olá professor”. Pouquíssimas categorias profissionais recebem esse tipo de reverência por parte da população, porque existe em todo e qualquer lugar deste país, um respeito pela atividade docente, um respeito ao fato de uma pessoa se dedicar a ser professor.

É esse respeito que exige que mantenhamos uma retribuição à altura, que com certeza fazemos todos os dias em nosso local de trabalho, esse respeito e essa retribuição que existe com a população do Brasil, em particular com a população do Estado do Paraná, está gradativamente deixando de existir por parte do Governo do nosso Estado, quando apresentamos números e informações sobre a nossa situação, e que as portas da negociação são fechadas abruptamente no momento em que recebemos a proposta de um reajuste de 0%; estamos recebendo única e exclusivamente o que podemos chamar de desrespeito. Isso tem gerado uma situação, não mais daquela coisa explosiva da luta salarial, onde outras formas de posicionamento da nossa categoria; isso tem gerado um subproduto extremamente prejudicial para o nosso Estado, que é o desânimo, a falta de vontade e a falta de perspectiva. Por onde passamos nas universidades vemos projetos de ensino, de pesquisa, de extensão. Projetos que tínhamos há pouco tempo para discutir aumento do número de vagas no vestibular, de criação do novo curso de graduação, de cursos de especialização serem colocados na “geladeira”, deixados de lado.

A universidade paranaense está gradativamente sendo atingida por um processo de estagnação. E os números estão aí para que todos vejam.

A nossa carteira tem hoje um salário de ingresso de 960 reais. A de professor-assistente de 1.300 reais, chegando a 1.432. Se o professor tiver titulação de mestre, acrescenta-se a isso 45%. Temos um salário de professor-adjunto de 1.647 a 1.800 reais. E professor-associado chegando a 2.196 reais. Acrescenta-se a isso 75% de adicional de titulação de doutor.

Temos um salário de professor titular de 2400 reais, mais a titulação de 75% para o adicional de doutorado.

A nossa carreira, que começa com 960 reais, tem um salário que sobe gradativamente. Estamos vendo que nas outras carreiras, cujo plano de carreira foi aprovado aqui nesta Casa, com anuência e pedido do Governo do Estado, têm um adicional de especialista de 42%, um adicional de mestrado de 12%.

Quando reivindicamos que nossos salários sejam reajustados para patamares dignos, ouvimos do Governo que foi atingido o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ele está dizendo que já deu o que tinha que dar de reajuste para os servidores públicos e que a faixa de orçamento já foi utilizada para reajuste de algumas categorias.

É a mesma coisa, chegarmos no seio de uma família e dizermos que alguns pratos de comida estão colocados à mesa mas que um dos filhos não vai ter almoço naquele dia, porque o limite prudencial de arroz e feijão já foi atingido. Isso significa que um pai pode se dar o direito de tratar de maneira diferente alguns de seus filhos.

Tivemos no ano passado um reajuste importante, porém pequeno, no contexto do volume das perdas salari-

ais. Tivemos um reajuste linear para os docentes de cerca de 10% e uma alteração no plano de carreira, que permitiu com que os professores com mestrado pudessem ter algo em torno de 15%, que algumas faixas salariais de professores com doutorado tivessem reajuste em torno de 23% a 25%, chegando ao limite de 32%. Mas, o que vemos é a divulgação de informações de que houve um reajuste médio de 23% ou 28%, depende se a fonte dessa informação é a universidade ou o Governo do Estado.

Como é que se calcula um reajuste médio quando um professor tem um reajuste de 10% alguns de 30%?

É a mesma coisa quando se afirma que existe um PIB, que tem uma renda *per capita* onde se misturam salários altíssimos com baixíssimos e encontra-se uma média; ou duas pessoas sentarem para comer sanduíche e uma come dois e a outra não come nenhum e no final, a nossa média está computando que cada um recebeu um sanduíche.

Quero concluir agradecendo essa importantíssima oportunidade de estar aqui, e quero fazer, concretamente, dois pedidos; primeiro, que esta Casa se empenhe para que o Governo do Estado reabra as negociações e volte a discutir com a nossa categoria; o segundo é um convite, para que se forme uma comissão, um grupo de Deputados ou todos, se assim acharem interessante, e que nos visitem no nosso local de trabalho. Teremos prazer em recebê-los para mostrar o que fazemos: como são as nossas aulas, nossos laboratórios, como estamos atuando no dia-a-dia, é e como está acontecendo o ensino superior deste Estado.

Muito obrigado pela atenção, em nome de todos os docentes do ensino superior do Estado do Paraná. Agradeço a oportunidade e tenho certeza que esta Casa vai se empenhar para que o Governo retome as negociações.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Peço a palavra, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria que o Ayoub permanecesse um pouquinho na tribuna.

Em primeiro lugar, nossa satisfação é grande pela presença dos representantes do ensino superior, hoje, na Assembléia Legislativa do nosso Estado. Em segundo, o reconhecimento pelos serviços prestados em nome da educação, em nome do crescimento da sociedade paranaense, que o serviço público estadual de ensino superior vem prestando nos últimos anos para nossa comunidade.

Sou testemunha do esforço com que os funcionários, os técnicos e os professores das universidades e faculdades, ao longo desses anos, têm feito para aprimorar, por conta própria, por iniciativa dos seus conselhos, das suas próprias unidades, o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em nosso Estado. Acompanhei a longa greve que os senhores fizeram para lutar por melhores

salários e melhores condições de trabalho, naquela oportunidade.

Quero dizer que a Assembléia vai prestar apoio. Sempre foi tradição do Poder Legislativo prestar apoio às demandas do ensino superior. Entendemos que um ensino melhor e qualificado passa, de todas as formas, pelas capacitações e pelas melhorias de condições de trabalho dos professores, técnicos e funcionários dessas instituições.

Não sei lhe dizer, confesso que estou numa dúvida muito grande, porque estamos num período peculiar. Estamos perto do final do mês de julho, há uma legislação em vigor no país e este ano é um ano atípico, vai acontecer a eleição para Governador do Estado e para Presidente da República. A Legislação tem alguns impedimentos do ponto de vista dos Poderes Executivo e Legislativo, a partir do dia 30 deste mês.

Não sei como andam os entendimentos do movimento com a Secretaria de Ensino Superior, com a Casa Civil ou com o Governo do Estado, porque para qualquer solução do pleito dos senhores, temos apenas mais quatro dias úteis de funcionamento do Poder Legislativo. Isso, não por vontade dos Deputados, mas por uma imposição legal, uma imposição da legislação. Mesmo assim, quero dizer a V. Exa. que a Comissão de Educação, por tradição, e o Poder Legislativo vão emprestar apoio aos pleitos do ensino superior.

Além disso, aproveito também esta minha fala para trazer os meus cumprimentos aos professores e aos funcionários de escolas do sistema educacional do ensino fundamental e básico do Estado do Paraná, do sistema público, que estão presentes aqui na Assembléia Legislativa.

Há uma série de demandas no porte de escola: questão de merenda escolar, sobretudo em relação a salários que o Poder Legislativo vem discutindo e espero que tenhamos uma solução que aponte uma perspectiva de um melhor ganho também para os professores do ensino médio e fundamental, da rede pública e dos seus funcionários do Estado do Paraná. O Deputado André Vargas é o autor do projeto neste sentido, a Assembléia já votou ontem em 1ª Discussão por unanimidade a aprovação e espero que hoje, também, aprovemos em definitiva discussão e que o Governador do Estado possa apoiá-lo.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Peço a palavra, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Quero saudar os companheiros de Londrina, a participação de inúmeras lideranças e não sendo da academia, não sendo da comunidade universitária, incluo-me como agente político, no sentido de sempre estar ao lado das justas reivindicações dos trabalhadores e dos sindicatos que tão bem representam essa categoria.

Essa pergunta que o Vanhoni coloca é o que dá o caráter prático para o nosso encaminhamento. Entendo que o Poder Legislativo tem a obrigação de sinalizar politicamente, como deve, em relação aos professores, sinalizar concretamente uma posição política de valorização do magistério.

Portanto, quando apresentei o projeto encaminhado pelo Sindicato, discutido com vários sindicatos, da APP Sindicato, apenas cumpri essa função.

Acredito que também em relação aos professores universitários vale a mesma análise. O que o empregador fez ao aprovar, é claro que tem especialidades em cada Quadro de Carreiras de Professores Universitários e também do Quadro Geral.

Mas, na verdade, não percebeu que estaria construindo um monstro, uma distorção em que os educadores, sejam de ensino superior ou da educação básica, estariam sendo absolutamente discriminados.

Compuseram uma visão a partir da Secretaria da Administração. A Secretária Maria Marta e eu discutimos várias vezes que ela precisaria compatibilizar uma concepção em que as diversas categorias tivessem avanços. Na prática, acontece isso que vossa senhoria coloca, companheiro Ayoub. Colocou pessoas com a mesma formação no Quadro Geral ganhando o dobro de professores e ganhando mais do que os professores de nível universitário.

Portanto, apoiamos a luta, queremos dar caráter prático a ela, como fizemos com a dos professores e estamos à inteira disposição porque o Governador, tem a obrigação de encaminhar à Casa o projeto do reajuste salarial. Ele não fez em tempo. Temos a tarefa de tratar desse assunto. Acredito que a questão do Deputado Vanhoni é relevante e precisamos discutir formas práticas de encaminhamento.

O nosso apoio não só aos funcionários, professores, à UEL, ao Sindiprol, mas também a todos os sindicatos da Unioeste, da UEM, da Unicentro, das isoladas, da UEG, todas, porque trata-se de uma mesma demanda.

Portanto, saudá-lo e dizer: aqui há democracia.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José Maria Ferreira

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Sra. Presidente, professor Ayoub:

Recebemos com alegria todos os servidores públicos do Estado do Paraná nesta Assembléia com satisfação e com todo o respeito.

Esta Casa tem sido a ressonância de todas as postulações e reivindicações de pleitos. Ela tem buscado compatibilizar as condições de governo com pleitos da sociedade e das suas aspirações.

Não tenho dúvida que o Governo Roberto Requião fez grandes recuperações no quadro de pessoal, resgatando, como V. Sa. mesmo afirmou, dando aos servidores segurança para as suas carreiras e permitindo inclusive, a

segurança legal para que eles pudessem desenvolver o trabalho em prol do Paraná e das suas atividades dentro do governo.

Isso é reconhecido no Governo Roberto Requião, quando pegou uma folha do 3º grau, em torno de 280 a 300 milhões e, hoje, passa de 400 milhões - todos, avanços que foram dados.

Não só na questão dos professores, mas reconhecemos que o inicial de 960 reais está aquém. Ele provoca um descompasso entre o inicial e a carreira. V. Sa. afirmou que o governo já deu o que tinha que dar aos servidores, em função do limite prudencial. Não era o que tinha que dar, foi o que era possível fazer em função da receita e das condições legais.

Esta Casa pode contar com a Bancada do Governo e de apoio ao Governo, que estaremos dispostos às duas questões que V. Sa. traz a este Plenário. A abertura do diálogo e a formação de uma comissão para discutir com os professores. Não desmerecendo e sem deixar de reconhecer que houve um avanço, no sentido de formalização dos quadros de carreira e dos cargos de salários. Evidentemente, há espaço e necessidade de correção e ela virá com o diálogo e a abertura que se deva fazer.

O Vanhoni já colocou de forma bastante afirmativa: o nosso tempo para isto é pequeno. Mesmo que os interessados, os professores, afirmem que não está havendo aumento salarial, e, sim, correção, e que essa correção seria possível permitir dar nesse período, teríamos o limite prudencial. Há que se abrir à discussão para que essas questões sejam clareadas.

Podem contar com a disposição da Bancada do Governo, que está aqui para ouvir e também para colocar as necessidades da sociedade e compatibilizá-las com as disponibilidades.

Eram estas as questões. E dizer da alegria de poder ter aqui um londrinense, um professor, um amigo, pleiteando e reivindicando. Conheço e reconheço o seu empenho pela melhoria do ensino público do Estado do Paraná, em especial na UEL.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Eu pediria que os apartes fossem mais breves.

Deputado Tadeu Veneri

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Serei bastante breve, porque temos, na sequência, uma pauta também para vencer.

Apenas para fazer uma saudação aos professores e dizer que quando estive com o Presidente da Comissão de Educação, diversas vezes, com as Deputadas Cida Borghetti, Elza Correia e o Deputado Barbosa, acompanhamos a situação das universidades e um dos debates que fizemos naquele período e que não conseguimos que prosperasse - parece-me que é necessário que retomemos -, é a questão do financiamento das universidades. Porque

não sei se é o modelo mais correto de São Paulo, onde temos percentuais fixos no orçamento, vinculados ao ICMS ou vinculados a determinados impostos. Mas, acho que é uma abertura que temos que fazer.

Parece-me, e o Deputado José Maria já colocou, Sra. Presidente, que todos os anos esse problema se repete. Se não é com os técnicos, é com os professores, ou com ambos, é o problema que enfrentamos no início deste governo, inclusive com a suspensão dos 54 concursos vestibulares. Se não são os concursos são as condições precárias, muitas vezes, dentro das universidades; estivemos em Maringá, junto com a Deputada Cida, em uma audiência pública até às 02 horas da manhã. Na ocasião o Reitor nos colocava que eles tinham condições de, recebendo determinados equipamentos, colocá-los em funcionamento, mas, não tinham recursos para fazer a contrapartida.

Então, parece-me, professor, que junto com a questão salarial, que é emergencial, acho que teríamos que ter uma discussão maior, para sabermos como fazer para acessar as verbas do BNDS, que o senhor sabe que hoje estão bloqueadas - poderíamos ter hoje mais de duzentos milhões para as nossas universidades e não temos, porque essas verbas exigem contrapartida e acho que é preciso que nós, através da Fundação Araucária, coloquemos mais recursos inclusive para ter a contrapartida da universidades pelo Estado.

Existem recursos, o que não estamos conseguindo é fazer com que haja uma discussão do ponto de vista técnico, junto com a questão política, para desobstruirmos. Porque senão, é como o senhor falou: vamos continuar tendo professores recebendo R\$ 960,00 e aí não há professor que agüente. O senhor sabe melhor do que eu, que estávamos em via de perder - os companheiros que são de Londrina - a Pós-Graduação de Elétrica, porque não haviam mais professores. E o Paraná, Sra. Presidente, só é o que é, por conta das suas universidades, porque as tem como pólo de desenvolvimento.

Então, pode ter certeza, professor, que naquilo que estiver dentro da nossa capacidade e da nossa condição, vamos fazer. Não estou querendo dizer que é possível fazer reajuste salarial, porque acho que isso é vender ilusões, mas temos que encontrar uma saída, porque se tem saída para tanta coisa não é possível que a Universidade, os professores e o ensino, continuem sendo apenas discurso.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputada Cida Borghetti, somente pediria que fosse mais breve, porque inclusive temos uma outra Sessão hoje.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Obrigada, Sra. Presidente!

Só para saudar o professor Ayoub e também o Sindicato, o Sinteemar de Maringá, na pessoa da Stela, que

sempre esteve conosco conversando, trazendo a preocupação dos servidores do ensino superior e é uma honra recebê-los nesta Casa.

Como o próprio Deputado Tadeu Veneri colocou, quando ele era Presidente da Comissão de Educação, estivemos em Maringá em uma audiência pública que foi importante, e hoje estamos como suplente na Comissão da Educação, mas acompanhando sempre o trabalho da Deputada Elza, que na manhã de hoje esteve reunida no plenarinho, discutindo a educação no Estado do Paraná. Só para saudar, mais uma vez, os representantes do Sindicato de Maringá!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sra. Presidente, quero saudar o professor Ayoub Hanna Ayoub, do qual tive a honra também de ser aluno na Universidade Estadual de Londrina; saudar a Sra. Maria Inês Almeida, Presidente do Sindprol; os representantes da Aduel, na pessoa do Sr. Colmán. Dizer que foi uma bela explanação esse convite que V. Sa. faz para que possamos levar os Deputados, em Comissão, para conhecer a Universidade Estadual de Londrina - acho que é extremamente oportuno - e conversava agora com o Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva, para que pudessem ser reabertas essas negociações.

Acho que a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia precisa reabrir essa canal para que a situação não continue da forma como está. O próprio Deputado Dobrandino dizia que é praticamente impossível dar esse reajuste neste ano, mas acho que pelo menos a conversação deve ser retomada, porque tenho certeza que o Governador Roberto Requião, sabedor dessa realidade - é claro que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estrangula também a questão do Orçamento - ele poderá, de alguma forma, sinalizar com algum ganho positivo, já que 83% de perda salarial realmente é muito grande e há necessidade, é uma questão de justiça.

Então, cumprimento V. Sa. pela explanação e a todos os Deputados desta Casa, que atentamente puderam ouvir a colocação que o professor Ayoub fez nesta manhã.

Muito obrigado, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Rapidamente, Sra. Presidente, queria cumprimentar o meu amigo, professor Ayoub, os representantes dos Sindicatos que estão aqui, companheiros de Maringá também e pedir desculpas, porque não estive presente

desde o início da sua fala e abordagem em relação à questão das instituições de Ensino Superior, porque estava em uma outra audiência pública, marcada há algum tempo, para tratar de assuntos relativos à educação do ensino médio e fundamental. Portanto, desculpe-me, gostaria muito de ter participado desde o início.

Mas, já conheço as preocupações, estou presente nas discussões relativas a essas demandas todas desde que assumi como Deputada e antes como professora lá em Londrina e como Vereadora. Acho que avançamos consideravelmente neste Governo em relação à educação, tanto no ensino médio/fundamental, como nas instituições de ensino superior, mas ainda temos muitas questões que devem ser resolvidas; pendências que certamente estão na agenda do Governo, na agenda da Assembléia Legislativa, e na agenda também dos sindicatos, com demandas, reivindicações. E queria me colocar, evidentemente, acho que nem seria necessário, mas me colocar mais uma vez à disposição, e nos somarmos em busca de soluções para os problemas.

Sempre dizemos que os investimentos são necessários, nunca houve investimento tão grande como neste Governo, nas universidades, nas estruturas, mais equipamentos, laboratórios. Mas, mais que isso, o investimento na pessoa humana, nos professores, naqueles trabalhadores da educação que, efetivamente, trabalham com esses equipamentos, é o que entendemos da maior importância.

Portanto, agradecer a presença, muito importante nesta Casa, de todos vocês, e me colocar sempre à disposição para, enquanto interlocutora, enquanto professora também, educadora, estarmos caminhando juntos para que tenhamos, de fato, um ensino de qualidade e também melhores condições de trabalho, de ganho aos nossos trabalhadores da educação. Era isso, Ayoub, parabéns e obrigado pela sua presença.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sra. Presidente, é um dado relevante. Acompanho também a luta dos professores das universidades federais e estaduais, e acho que é um dado que convence e que ajuda: precisamos fazer um estudo de quantos mestres e doutores perdemos em função, claro, que se faz concurso exatamente porque não há profissionais. E à medida que eles saem das nossas universidades estaduais, diminui a qualidade do ensino, passa a entrar professor, colaborador, auxiliar. E eu acho que esse dado é muito importante porque precisaríamos trabalhar para equiparar pela formação e a titulação com as universidades federais que existem no país, um salário similar às universidades federais com as estaduais para evitarmos a evasão de mestres e doutores que, de fato, está acontecendo em função dos concursos que são abertos. Claro que é livre a busca dos concursos, mas muitos procuram novas opções em outras universidades em função dessa defasagem que existe, principalmente para os professores que têm titulação alta.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Nossos agradecimentos ao professor Ayoub pela sua presença. O senhor tem um minuto para as suas considerações finais.

O SR. AYOUB HANNA YAOUB

Mais uma vez, em nome de todos nós, os nossos agradecimentos e uma última consideração. Viemos aqui em busca de uma oportunidade de diálogo; ele é que vai responder todas as questões que aqui foram colocadas, as questões jurídicas, as orçamentárias. Mas, que isso seja feito através de um diálogo franco e aberto com o Governo. E mais uma questão: também temos obrigação de reconhecer o nível de investimento do atual Governo nas universidades. Sabemos claramente que no início do mandato do atual Governador, as universidades sequer tinham verba de custeio e hoje têm. Nós, particularmente, recebemos uma verba no nosso curso, de duzentos mil reais para a compra de equipamentos, por questões burocráticas ainda não concretizadas, mas é o maior investimento que o meu curso teve em seus mais de trinta anos de história. Essas questões, sabemos reconhecer, e é o pior isso que insistimos que a questão salarial, que também é importante, seja tratada de modo franco, aberto e democrático.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No Horário das Lideranças, com a palavra Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao cumprimentar os visitantes que aqui estão, quero dizer da satisfação de recebê-los aqui, também do nosso apoio, acho que de todos os Deputados, a todas as causas da educação.

Ainda ontem tivemos aqui a participação de professores de todo o Estado e estamos sempre, na atuação parlamentar, procurando alternativas para ajudar a valorizar a educação, principalmente a educação pública, que é fundamental, não apenas para as oportunidades dos jovens. Eu me lembro que quando cursei agronomia na Universidade Federal, sempre falávamos que a educação pública e gratuita deveria ser uma equação de justiça social em nosso país.

Mas, ocupo a tribuna, Deputado Antonio Anibelli, para falar de um projeto de nossa autoria, que começou ontem a ser praticado no Paraná. Quero agradecer ao Presidente Hermas Brandão que, com despreendimento, com espírito público, promulgou o projeto. Publicado no Diário Oficial no dia 06, ele passou a vigorar na nossa capital, em Londrina, enfim, todos os lugares ontem há

shopping centers e hipermercados. Fizemos esse projeto porque geralmente onde estão localizados os shoppings centers e os hipermercados são lugares estratégicos, lugares importantes dentro do perímetro urbano. Aliás, não há no mundo outro lugar, como no Brasil, onde sejam tão privilegiadas as localizações. Em outros países o hipermercado quase sempre tem a distância de trinta quilômetros do centro, aqui no Brasil ele é no centro.

Então, entendemos que a cobrança de estacionamento em shoppings center e hipermercados não estava se constituindo num benefício à população, nem para os logistas; estava apenas sendo uma receita à parte. Há shopping centers no Brasil que chegam a ter uma receita de um milhão e meio de reais, por mês, de estacionamento. Passou a ser um negócio. A partir de ontem, a Lei 15.133, de autoria deste Deputado e do Deputado Antonio Anibelli, passou a vigorar no Estado do Paraná. Diz o seguinte: “Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes a uso de estacionamento cobrado nos shopping centers e hipermercados instalados no Paraná, os clientes que comprovarem despesa correspondente a, pelos menos, dez vezes o valor da referida taxa”.

Nós não estamos impedindo a cobrança, estamos regulamentando-a. Aquele cliente que for ao supermercado e comprovar, pelo período de duas horas, um gasto mínimo de dez vezes o valor de taxa de referência, estará dispensado do pagamento. Colocamos duas horas para evitar que alguém deixe o carro lá, vá trabalhar e se beneficie do estacionamento, o que também não seria justo. Então, é uma lei importante, beneficia o consumidor.

Em Santa Catarina essa lei já está em vigência há mais de um ano. No Rio de Janeiro há uma disputa jurídica em relação a esta lei e o Procon aqui no Paraná - quero fazer uma referência elogiosa a ele - está fiscalizando a aplicação desta lei e todos aqueles que não tiverem o benefício da lei poderão recorrer ao Procon. Recebi agora, Deputado Anibelli, o comunicado da direção do Shopping Cristal, que já começou ontem à noite, cumprindo a lei; há outros shoppings que ainda não, mas a multa varia de 300 mil a 2 milhões de reais para quem não cumpri-la segundo determinação do Procon, e os shoppings e os hipermercados são obrigados a divulgar o conteúdo da lei através de cartazes em suas dependências.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Zucchinho, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer da satisfação desta Casa, não é só minha, sua e do Presidente Hermas Brandão, que promulgou o projeto. Mas, dizer que esta Casa, como muitos dizem que não trabalhamos, falam mal dos Deputados, estamos trabalhando, sim, a favor da sociedade paranaense.

Votamos a favor dos professores, assistimos ao pronunciamento a favor das universidades. Temos trabalhado muito em favor da população.

Agora, tem gente que gosta de pagar, não gosta do Procon, não gosta de isenção para aposentados, votam

para os aposentados pagarem. Somos autores da lei que isentou os maiores de setenta anos de pagarem a previdência no Estado do Paraná e o Governador não os taxou.

Será que os nossos eméritos professores, inteligentes que são e nos honram com as suas presenças sabem disso? Acho que é falta de educação vaiar. Não gostaríamos de vaiar um professor na sala de aula, porque aprendemos, no ensino público, no Colégio Estadual do Paraná. Mas, tenho 32 anos de mandato e fico feliz quando vejo alguém vaiar, é democracia e quem sabe ignorância de quem vaia.

Deputado Zucchi, o nosso projeto vem satisfazer à sociedade paranaense. Estamos procurando melhorar as condições de vida. Será que ir a um shopping faz mal à nossa população fazer compras ou ir passear com a sua esposa, seus filhos ou com seus amigos? Isso é questão que estamos ajudando a população, mostrando serviço, e o Presidente, o nosso Governador e a nossa Casa homenageou-nos com este projeto, que em outros estados já existe. E mostramos que não estamos fora da história, estamos por dentro, trazendo benefício à nossa população.

Quero agradecer a V. Exa. ao Presidente e a esta Casa, pela inteligência que tivemos, de fazer um projeto em benefício da população. Parabéns!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Deputado Anibelli, incorporo o seu pronunciamento, e a nossa função enquanto legisladores ou enquanto Parlamentares, é interpretar o sentimento da população. Essa é a nossa função maior, se há na sociedade algo que não esteja de acordo com aquilo que é justo, cabe-nos, através de lei, interferir. Temos que regulamentar as relações da sociedade através de lei. Essa é a nossa função, temos que interpretar o sentimento da população.

Então, se esta cobrança de estacionamento não beneficia à população, não tem nenhum benefício ao lojista, não dá nenhum desconto em lugar nenhum, em shopping nenhum, por que se transformou numa receita à parte? E quase sempre, Deputado Anibelli, para se fazer um grande shopping, o poder público sempre ajudou. E onde há dinheiro do Poder Público, há dinheiro da população. Então, é normal que a população possa se beneficiar daquele investimento. Acho que essa lei apenas regulamenta essa relação da sociedade, do consumidor com o shopping. Também fico feliz por ter conseguido colocar e aprovar essa lei, como tantas outras que são aprovadas aqui, na Assembléia Legislativa.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Hoje pela manhã ouvi na emissora de rádio, V. Exa. e logo na seqüência a resposta do representante dos supermercados do Brasil. E confesso que não me convenceu a explicação.

Acho que o projeto de V. Exa. é de profunda validade de defesa do consumidor. O consumidor que vai a um shopping para fazer compra, não tem que pagar estacionamento. Shopping é uma construção com fim comer-

cial. As empresas que lá estão, pagam aluguel. Portanto, a natureza do shopping não é estacionamento, é comércio e tenha certeza V. Exa. que no cumprimento desta lei, o senhor terá inúmeros parlamentares, inclusive este que lhe fala, solidários a esse projeto, porque acho que está na hora de se respeitar mais o consumidor, o povo, em detrimento à ganância de muitos que tentam explorar, de todas as formas, lucros que não são divididos. Eu ouvi, por exemplo, uma explicação desse senhor, dizendo que se alguém vai numa loja, gasta um bom dinheiro, a loja ao lado, às vezes não vende, só que ele esqueceu de dizer que numa outra oportunidade, um outro consumidor gasta na loja ao lado.

Portanto, há uma média durante o mês inteiro, de consumo no supermercado.

Parabenizo o seu projeto, a sensibilidade da sanção do Governador e tenha certeza, vamos todos juntos, lutar para que ela possa ser posta em prática no Paraná.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)
Obrigado, Deputado Caíto.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)
O senhor tem um minuto para concluir.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)
Concluindo: o estacionamento não pode ser uma receita à parte de um empreendimento que visa obviamente, o comércio. A principal atividade é o comércio e não pode ser o estacionamento. Quer dizer, vale a pena fazer um shopping só para ter a receita do estacionamento? Quem não gostaria de receber a licença ambiental para fazer um shopping onde está localizado o Shopping Barigui e ter uma receita à parte naquele empreendimento? É uma questão de justiça na relação do consumidor com o comércio.

Eu acho isso importante. É por isso que fizemos e vamos lutar para que essa lei continue tendo a sua vigência em todos os shoppings e hipermercados.

Obrigado.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 40 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes dos Partidos: PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB para indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a PEC nº 022/06, de autoria da Comissão Executiva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, comunicando ao Plenário, que de acordo com o parágrafo 3º do artigo 186, do Regimento Interno, foi procedida correção do texto da Redação Final do Projeto de Lei nº 384/04, para posterior envio à sanção Governamental. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1636, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 22 de junho (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Consulto essa Presidência se os Partidos já formalizaram a indicação dos Deputados para comporem a comissão que vai examinar a PEC que prevê a redução do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PT: Hermes da Fonseca; PMDB: Antonio Anibelli; PFL: Elio Rusch; PDT: Luiz Carlos Martins; PSDB: Francisco Bühner.

O SR. TADEU VENERI (PT)
Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu vou solicitar ao Deputado Pedro Ivo, a instalação da Comissão.

O SR. TADEU VENERI (PT)
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1639, de autoria do Deputado André Vargas, com apoio dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Nelson Justus e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 26.06.06, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 149/06 e 150/06, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da educação básica da rede pública do Paraná. **Recebido. Protocole-se. Conforme o artigo**

107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação no Plenário.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná - PDU, os planos de desenvolvimento regionais e os planos diretores municipais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 747/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

As emendas ao Projeto de Lei nº 747/05, apresentadas em Plenário, visam estar de acordo com o Conselho Estadual das Cidades - Concidades Paraná e com as deliberações da II Conferência das Cidades.

Fundamentação

A inclusão das deliberações da II Conferência das Cidades traz, ao projeto de lei, um caráter mais democrático, visto que esta conferência delibera sobre as diretrizes e sobre as políticas de desenvolvimento urbano.

A segunda emenda visa tornar obrigatória a participação do Conselho Estadual das Cidades para a elaboração do Plano Diretor.

Conclusão

Portanto, em sede de parecer, esta comissão opina pela aprovação das emendas ao Projeto de Lei nº 747/05, ora apresentadas.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira, Duílio Genari, Ratinho Júnior, Antonio Anibelli, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria uma verificação aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Agora é votação.

Item 01 - Votação em 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 747/05.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, verificação de votação. Chamada nominal, então.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Faria um apelo a V. Exa. que deixasse a chamada de votação nominal, verificação de quórum, na hora de votação dos vetos e do título de Cidadão Honorário.

Se V. Exa. concordar.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

Não concordo, Sr. Presidente, até porque precisamos dos 28 votos.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Solicito chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Chico Noroeste)**

Procede à chamada nominal.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Queria fazer um apelo ao Deputado Kielse, que tem um projeto que vai ser votado em seguida.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Já fiz esse apelo, ele não concordou. Então, determino a continuação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Apelo para que os Deputados venham até o Plenário. Temos a presença de centenas de professores para votar um projeto importante.

Os Deputados que estão nos ouvindo que compareçam, senão vai ficar claro que é uma manobra do Deputado Kielse e da Base do Governo para não votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Continua a chamada dos Srs. Deputados.

Pela Ordem, Deputado Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

A nossa intenção é trazer os Deputados a Plenário para que votem a pauta em favor dos professores, também. Tenho essa intenção, não é de agora.

Não tenho manobra nenhuma para atrapalhar os professores.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Peço às galerias que não se manifestem. Sempre demos o melhor tratamento aos senhores aqui.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

Não tem validade se não tiver quórum. Não adianta, é questão legal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Presidente do Sindicato, a Diretoria sabe perfeitamente o tratamento que sempre demos à entidade aqui. Não vamos permitir agressão. Aqui não é o Congresso Nacional, não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Retiro a chamada nominal dos Srs. Deputados e damos seqüência à Sessão.

Não existe má vontade, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

2ª Discussão do Projeto de Lei nº 747/05. Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria, de público, de agradecer ao Deputado Kielse pelo gesto que teve.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

21 Deputados aprovam. Os que rejeitam...

Não há quórum para prosseguirmos a votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença de 100% dos Deputados do PFL.

O Partido da Frente Liberal está com toda Bancada aqui presente.

Não está faltando nenhum Deputado na votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a posição do PFL.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Do PPS, 100% de presença.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado também.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Do PDT também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há quórum para prosseguimento da Sessão, não para votação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Um pedido de esclarecimento, não só para nós, mas para os nossos visitantes: não havendo quórum para votação, essa pauta se repete?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Repete na Sessão posterior.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

A pauta do dia de hoje repete na segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Repete na segunda-feira.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 494/05; 259, 263 e 285/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151, 165, 195 e 252/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 781/05; 096, 122, 160, 194, 242, 245, 293, 296 e 299/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

PORTARIA Nº 75/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa, com fulcro no artigo 307 e seguintes da Lei nº 6174/70, e no uso de suas atribuições previstas no artigo 8º do Decreto Legislativo nº 52/84,

R E S O L V E :

a) instaurar sindicância, visando apurar os fatos narrados no protocolado sob nº 3865/06, que contém notícias de possíveis desvios ilegais nesta Casa, “com o efeito de obter a realização de despesas públicas a título de pagamentos de vencimentos”;

b) designar o funcionário Hestevard Martin, como Presidente da sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como secretário o servidor José Carlos Pereira Portela, e como membro a servidora Delminda Aparecida Henrique Watanabe, assinalando o prazo de trinta (30) dias para a apresentação de relatório conclusivo que deverá responder aos quesitos do artigo 312, da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná);

c) atribuir caráter reservado para a apuração das investigações para preservação da própria sindicada e eventuais servidores e/ou autoridades envolvidas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.06.06.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho de 2006, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, com as presenças dos Senhores Deputados Marcos Isfer, Durval Amaral, Barbosa Neto, Duílio Genari e Ademar Traiano membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 165/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 26/06, que autoriza o Poder Executivo a utilizar 30.000.000,00 (trinta milhões) do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, de que trata a Lei Estadual Nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A. Dos recursos financeiros mencionados o Poder Executivo abrirá créditos adicionais para atender às despesas de: R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados a construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e a aquisição de equipamentos; R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisição de equipamentos; R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 2º) Projeto de Lei nº 259/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 34/06, que dispõe que dispõe sobre aprovação de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba – CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 3º) Projeto de Lei nº 285/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº

43/06, visa a aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2005, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, com as presenças dos Srs. Deputados Marcos Isfer, Duílio Genari e Barbosa Neto, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 194/06, que trata a Mensagem nº 32/06 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2007. Abrindo o seu parecer o Deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 31 emendas ao projeto, sendo que 25 foram acolhidas. Antes da votação de seu parecer o Deputado Marcos Isfer, agradeceu aos técnicos da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O Presidente colocou, então, em votação o Parecer do Deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 194/06, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo Geral. 2º) Projeto de Lei nº 260/06, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 035/06, que aprova abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões duzentos e oitenta e três mil e cem reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, visando atender despesas efetuadas na área de saúde e da educação. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária